

*Santa Casa de
Misericórdia de Vila de
Frades*

PLANO DE ACTIVIDADES
&
ORÇAMENTO

Ano 2015

LA
m
C
Bommes



MEMÓRIA JUSTIFICATIVA

INTRODUÇÃO

No cumprimento da lei e dos estatutos, mais concretamente de acordo com o disposto na alínea b) do Art.º 30º, compete à Mesa Administrativa elaborar durante o mês de Novembro de cada ano o plano de atividades e orçamento para o ano civil seguinte.

De acordo com os estatutos o orçamento deve ser submetido ao respectivo órgão de fiscalização para dele se obter parecer e ser apresentado à assembleia geral ordinária que deverá proceder à sua aprovação.

Assim, no respeito pela legalidade propõe à Assembleia Geral o presente orçamento em conjunto com o plano de atividades/2015 para sua discussão, votação e aprovação.

CONTEXTO GERAL

Tal como nos anos anteriores esta instituição procurará continuar a encontrar soluções para que a população mais idosa não deixe de manter a confiança no nosso trabalho que vimos a marcar posição junto, não só do nosso concelho, mas já alargado a concelhos vizinhos. Temos vindo a fortalecer e reforçar a prestação de serviços, cada vez mais adequados ao sector a que nos inserimos, contribuindo assim diretamente para a elevação deste tipo de instituições. Prezamos a hospitalidade, os cuidados necessários a um bem estar que esta faixa etária, bem merece, tendo já cumprido, perante a sociedade, aquilo que deles esperava.

Procuraremos ainda otimizar todos os recursos, privilegiando os humanos em detrimento dos económicos ou financeiros, não deixando no entanto de nos preocupar com o estado de carência em que muitas vezes somos confrontados com o carácter de pobreza e abandono a que esta faixa etária está sujeita.

A proposta de orçamento, tem como base o trabalho desenvolvido ao longo do final do ano de 2013 e os meses até Setembro de 2014, o que nos dá uma previsão para os dados do orçamento para o ano de 2015, com as necessárias adaptações e rumo que queremos incutir à nossa instituição.

Esta base contabilística, foi feita com ponderação e cientes da realidade que o nosso país atravessa em particular, a zona em que estamos inseridos, talvez a mais idosa do país.

RENDIMENTOS

O total dos rendimentos previstos para o ano de 2015 é de € 772.395,00, distribuídos pelas seguintes rubricas.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	464.000,00
SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	271.095,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	57.550,00
TOTAL	792.645,00

Tal como no ano anterior a capacidade considerada para a prestação de serviços refere-se à ocupação máxima do Lar, ou seja, 51 utentes, sendo que 5 destes utentes estão em parte participados através de um acordo com o Município de Vidigueira e 35 através de acordos com a Segurança Social, situação que os valores previstos na prestação de serviços terem um decréscimo referente ao ano anterior, o que é compensado com o aumento dos subsídios à exploração (passamos de 11 acordos para 35 com a segurança social).

Pensamos ainda que poderemos alcançar os acordos inicialmente negociados, o que melhoraria a resposta social, tendo em conta que os recursos financeiros dos utentes são fracos, necessitando deste tipo de apoio.

Nos subsídios à exploração as verbas orçamentadas, fazem parte dos valores acordados com o Município de Vidigueira, e com a segurança social, através de acordos além de uma pequena verba de programas ocupacionais a que a instituição se candidata nos programas ocupacionais de apoio pelo IEFP (Estágios, Inserção Emprego e Apoio a Deficientes).

Outros rendimentos e ganhos, referem-se a subsídios ao investimento efetuado e outros rendimentos suplementares, onde se inclui os financeiros.

GASTOS

Os gastos previstos tal como no ano transacto obedecem a critérios de prudência e preocupação na gestão de um património coletivo e sempre numa perspetiva de continuidade de boas políticas de gestão e conduta dos órgãos eleitos, que presidem a esta instituição.

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos com valores orçamentados para o ano de 2015.

CUSTO MERC VEND MAT CONSUMIDAS	121.525,00
FORNCIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	167.327,00
GASTOS COM PESSOAL	338.927,00
GASTOS DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	79.772,00
OUTROS GASTOS E PERDAS	2.848,00
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	52.160,00
TOTAL	762.559,00

O Custo das Matérias e Materiais Consumidos são os necessários a prestação de serviços a serem fornecidos aos utentes, e tem com base os valores médios mensais contabilizados até ao mês de Setembro, tendo um ligeiro aumento em relação ao ano anterior derivado à ocupação em pleno do Lar durante quase todo o ano, fruto dos acordos obtidos com a segurança social.

Os gastos com os Fornecimentos e Serviços Externos, sofrerão um ligeiro decréscimo pelas boas políticas seguidas pela instituição, nomeadamente os serviços especializados, embora seja esta rubrica bastante representativa do total dos gastos. Salientamos ainda a manutenção de alguns gastos em energia e higiene e conforto que com ligeiro aumento previsional em relação ao ano anterior, se verifica devido à ocupação plena prevista para o Lar como atrás salientamos.

LA
me = CH
Ramos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	
SERVICOS ESPECIALIZADOS	67.081,00
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	39.828,00
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	78,00
VIGILANCIA E SEGURANÇA	818,00
HONORARIOS	24.058,00
CONSERVACAO E RAPARACAO	2.161,00
SERVICOS BANCARIOS	138,00
MATERIAIS	7.310,00
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	4.116,00
MATERIAL ESCRITORIO	2.562,00
JORNAIS E REVISTAS	632,00
ENERGIA E OUTROS FLUIDOS	57.569,00
ELECTRICIDADE	36.960,00
COMBUSTIVEIS	1.648,00
AGUA	6.520,00
GAS	12.441,00
DESLOCACOES ESTADAS E TRANSPORTES	50,00
REFEICOES E ALOJAMENTO, PORTAGENS	50,00
SERVICOS DIVERSOS	35.317,00
OUTROS ALUGUERES	4.722,00
COMUNICACAO	4.273,00
SEGUROS	2.236,00
CONTENCIOSO E NOTARIADO	375,00
DESPESAS DE REPRESENTACAO	20,00
LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	23.290,00
OUTROS SERVIÇOS	401,00
TOTAL	167.327,00

Os gastos com pessoal representam a principal despesa da instituição.

Tal como em anos anteriores, lembramos que os cuidados a ter com os utentes, nos merecem os melhores cuidados, bem como a sua vigilância durante todas as 24h dos 365 dias. Efetivamente o aumento do número de utentes, leva-nos a que tenhamos que ter cuidados redobrados, no entanto, este aumento também se pode avaliar da função social a que esta instituição está vocacionada através da inserção de uma resposta social ao flagelo do desemprego, salientando no ano passado um esforço desenvolvido no apoio à inserção e ao emprego de carácter temporário, alguns deficientes e estágios que facultou.

REMUNERAÇÕES ORGAOS DIRECTIVOS	0,00
REMUNERAÇÕES PESSOAL	282.897,00
ENCARGOS SOBRE AS REMUNERAÇÕES	42.630,00
SEGUROS AC. TRABALHO	3.200,00
OUTROS GASTOS COM PESSOAL	10.200,00
TOTAL	338.927,00

Os gastos para as depreciações mantem-se dentro dos parâmetros definidos no ano anterior, quanto à vida útil e esperada.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2.465.510,12	TAXA	79.772,00
Sujeito a 2,5%	2.226.139,75	2,50%	55.653,49
Sujeito a 12,5%	57.766,71	12,50%	7.220,84
Sujeito a 16,66%	38.312,80	16,66%	6.382,91
Sujeito a 6,25%	77.240,97	6,25%	4.827,56
Sujeito a 25%	5.438,40	25,00%	1.359,60
Sujeito a 7,14%	60.611,49	7,14%	4.327,60

Outras perdas e gastos o valor orçamentado inclui os impostos suportados pela instituição, nomeadamente o que incide sobre os custos financeiros.

Na rubrica de gastos com o financiamento o valor orçamentado refere-se essencialmente ao pagamento de juros de financiamento a médio prazo do empréstimo existente na CCAM de Vidigueira que no entanto e como a dívida tem vindo a baixar, os juros que sobre ela incidem também tem sofrido um pequeno decréscimo.

CONCLUSÃO

As previsões que estimamos, confirmam a obtenção de um resultado liquido positivo no valor de € 30.086,00, embora com um decréscimo em relação ao ano anterior, continuando com uma previsão em que o fator prudência nos parece o mais aconselhável, em que os números do lado da receita estão equacionados por defeito ao contrário os da despesas estão por excesso, única forma que nos faz acreditar no sucesso do orçamento apresentado. Congratulamos ainda com os acordos alcançados com a segurança social, o que nos permitirá encarar o futuro com menores receios em relação a anos anteriores.

Vila de Frades, 14 de Novembro de 2014

A Mesa Administrativa

O Provedor: *António Joaquim João Pereira Gonçalves*
O Vice Provedor: *Esperança Maria Faustino Direitinho*
O secretário: *Glória Regina Soares Almeida*
O Tesoureiro: *Beatriz das Neves Pereira Lemos*
O Vogal: *Isabel Candeias Damas*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, no cumprimento da sua missão estatutária e de acordo com o estipulado na alínea c) do Art. 39º dos Estatutos do Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Vila de Frades, analisou o orçamento apresentado da Mesa Administrativa respeitante ao ano de 2015.

O Conselho Fiscal realizou uma profunda e detalhada análise do conteúdo daquele documento e, após troca de informações entre os seus membros, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Mesa Administrativa.

Vila de Frades, 14 de Novembro de 2014

O Conselho Fiscal

O Presidente:



O 1º Vogal:

Ant. Maria de Lemos Campos

O 2º Vogal:

